

RE no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.022 - SP (2019/0066968-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : JULBERTO JOSE NARDES
ADVOGADOS : GUSTAVO PEREIRA DEFINA - SP168577
LEONARDO MORETTI BUSNARDO - SP356449
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por JULBERTO JOSE NARDES, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pelo Ministro Sebastião Reis Júnior, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial (fls. 460/463). Eis a ementa do *decisum* (fl. 460):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO ATIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 17 DO CP. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 564 DO CPP. INADMISSIBILIDADE. INDICAÇÃO GENÉRICA DO PRECEITO. DISPOSITIVO QUE NÃO OSTENTA COMANDO NORMATIVO SUFICIENTE PARA RESPALDAR A TESE RECURSAL. SÚMULA 284/STF.

Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 15/24 do expediente avulso), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 5.º, inciso LV, da Constituição Federal.

Enfatiza que, não obstante o interposição concomitante de agravo regimental, a violação de dispositivo constitucional no *decisum* unipessoal merece apreciação.

Alega que ocorre violação do princípio da ampla defesa e que a sentença condenatória é nula.

Destaca que na fundamentação do édito condenatório constou o delito de falso testemunho, sendo que o insurgente foi denunciado pelo crime de corrupção.

Ademais, aduz que constou do dispositivo o nome de réu diverso.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 56/62.

É o relatório.

Não há mais nada a prover na espécie.

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado e mesmo depois de já baixado o caderno processual, a parte peticionária interpôs o presente recurso extraordinário, protocolado eletronicamente em 17.2.2020.

De fato, emerge dos autos que ocorreu o trânsito em julgado do feito em 11.2.2020, após o lapso temporal decorrido do recurso pertinente - agravo regimental -, (fl. 465), sendo manifestamente incabível o presente apelo.

Evidencia-se o exaurimento da prestação jurisdicional no que competia à esta Corte Superior e à Vice-Presidência desta Corte, inexistindo a possibilidade da análise do presente recurso extraordinário, interposto em momento posterior ao referido

Superior Tribunal de Justiça

trânsito.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência. Baixem-se os autos caso ainda estejam no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Vice-Presidente